



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Agrária

CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

MARIA DA GUIA DA SILVA MONTEIRO¹

EVELYNE MEDEIROS PEREIRA²

RESUMO

O artigo objetiva contribuir com o debate sobre questão agrária e questão étnico-racial na formação social brasileira, partindo do pressuposto que são aspectos estruturantes e indissociáveis na conformação das relações sociais e de classes no Brasil. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica, priorizando os estudos sobre colonialismo e capitalismo no Brasil.

Palavras-Chave: Formação Social Brasileira; Questão Agrária; Questão Étnico-Racial; Classes Sociais.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo contribuir al debate sobre las cuestiones agrarias y étnico-raciales en la formación social brasileña, partiendo del supuesto de que son aspectos estructurantes e inseparables en la configuración de las relaciones sociales y de clase en Brasil. Para fundamentar el supuesto, realizamos una revisión bibliográfica que confirma que la formación social brasileña tiene sus raíces en el colonialismo y el capitalismo.

Palabras Clave: Formación Social Brasileña; Cuestión Agraria; Cuestión étnico-racial; Colonización; Relaciones de clase.

1. Introdução

O processo de desenvolvimento do capitalismo mundial tem suas raízes fincadas na invasão dos territórios da América e da África por meio do colonialismo, viabilizando a violenta

¹ Universidade Federal de Pernambuco

² Universidade Federal de Pernambuco



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

expropriação e exploração dos povos desses continentes e bens comuns da natureza. Esses elementos corroboraram para constituição de um padrão de reprodução das relações sociais peculiar na formação social brasileira, que vai ter expressivas manifestações nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais no Brasil.

Por isso, é de suma importância identificar e analisar alguns aspectos históricos que foram determinantes na conformação dessas relações sociais e de classes na formação social brasileira. É nesse sentido que o debate sobre a relação entre questão agrária e questão étnico-racial é imprescindível, pois se trata de dimensões que fundamentam a “questão social” no país, indissociáveis e imprescindíveis para compreender a processualidade histórica da formação das classes sociais no Brasil.

O presente artigo é fruto do estudo de uma bibliografia que parte do entendimento que a formação social brasileira tem suas raízes nas entranhas do período colonial, bem como na transição para o capitalismo dependente. Assim, é com o intuito de esboçar alguns elementos constitutivos dessa formação histórica, com ênfase para a apropriação da terra e o movimento que conduziu o desenrolar da questão agrária brasileira na relação com a questão étnico-racial, que o presente artigo levará em consideração os ensinamentos dos estudos no campo marxista, buscando a relação entre universalidade, particularidade e singularidade presente na realidade social para o entendimento sobre os aspectos estruturantes que forjam as classes sociais no país.

2. As origens da Questão Agrária no Brasil e sua imbricação com a Questão Étnico-racial

Para entendermos a formação social brasileira, partindo da imbricação entre questão agrária e étnico-racial, é importante considerarmos tais questões enquanto dimensões da “questão social” no Brasil, compondo, assim, suas determinações histórico-sociais. Nesse sentido, de acordo com Girardi (2022), essa indissociabilidade sustenta-se em duas razões;

[...] pelo fato de que a situação atual de segregação em que se encontram os negros no Brasil, no campo e na cidade, tem origem histórica no racismo, na escravidão e na questão agrária do período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país. ii- porque desde o início tolhidos de um justo acesso à terra e aos meios adequados para explorá-la e submetidos ao racismo sistêmico que caracteriza a sociedade brasileira, os negros ainda hoje continuam em situação de inferioridade econômica em relação aos brancos no campo, o que faz a questão racial seja uma importante dimensão da questão agrária contemporânea (Girardi, 2022, p.13).

É nessa direção que a literatura produzida de maneira crítica e aprofundada sobre a formação histórica do Brasil apresenta um destaque importante para a questão agrária brasileira, considerando os processos de apropriação da terra, a partir da invasão europeia e da expropriação da população originária. Nesse sentido, para fazer uma análise desse processo, é fundamental apreender os elementos históricos constitutivos da sociedade brasileira, para assim compreender a processualidade das relações que foram sendo estabelecidas ao longo da história.

A questão agrária brasileira, por muitas vezes, foi colocada no centro do debate teórico-político a partir do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, sem por vezes considerar os aspectos que imbricam tal questão às desigualdades atravessadas pela questão étnico-racial como elementos estruturantes da formação social. No entanto, o pensamento social crítico, em articulação com as diversas lutas sociais, vem dando destaque, nas discussões sobre a particularidade da realidade brasileira, à indissociabilidade entre essas questões, entendendo que o racismo estrutural historicamente influenciou nas formas de exploração, dominação e opressões mais comuns entre as classes sociais no Brasil.

Isso tem requerido maior conhecimento sobre o legado de gerações de pensadores/as, engajados/as politicamente nos diversos movimentos e organizações de trabalhadores/as, que durante todo o século XX produziram uma “imagem sobre o Brasil” a partir dos de baixo, a exemplo da Lélia Gonzalez, Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Abdias Nascimento, Eduardo Paulon Girardi, Octavio Ianni, Caio Prado Júnior, Clóvis Moura, e tantos outros/as que vêm contribuindo nessa direção teórico-política, no cenário da produção acadêmica.

A questão agrária e étnico-racial passou ser analisada e estudada, de modo geral e em particular, tendo como aspecto central a crítica à colonização e seu projeto de sociedade, considerando um conjunto de relações que passam a se forjar no Brasil a partir do processo de posse, propriedade e a utilização das terras na sociedade brasileira, inviável sem a relação com o trabalho escravizado.

A expansão marítima empreendida pelos países europeus buscava acumular riquezas com base na ampliação do mercantilismo, o que levou ao desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista através da combinação de distintas formas de dominação e exploração de uma classe sobre a outra: desde as primeiras formas de “trabalho livre”, com a acumulação primitiva do capital, até as formas de trabalho forçado típicas da escravidão moderna.

A profunda alteração sofrida na relação estabelecida entre os povos originários e a terra se deu com a invasão do território brasileiro pelos portugueses, os quais [...] “o fizeram financiados



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da monarquia portuguesa” (Stedile, 2011, p. 19). Assim, o contexto social, político, econômico e cultural aberto com a invasão portuguesa marcou o início do que se configurou ser um longo processo de colonização do território brasileiro e de seu povo. Vale destacar que a colonização do Brasil não se limitou à invasão portuguesa. Outros países da Europa marcaram presença nesse período, como os espanhóis, holandeses, ingleses, entre outros. Contudo, foi à coroa portuguesa que dirigiu a colônia e seguiu por mais de 300 anos assim o fazendo.

Então, para compreender o “sentido da colonização”, conforme Prado Jr (2011), é importante constatar na história brasileira o conjunto de elementos que fizeram esse período essencial para a constituição das relações sociais e de produção na sociedade brasileira, mesmo após a abolição da escravatura e as mudanças ocorridas na transição para o capitalismo dependente. É indispensável destacar que a colonização foi parte de um projeto societário sustentado e centrado por intensos processos de expropriação e exploração que no país se deu através do tripé: latifúndio, trabalho escravo e monocultura.

Stedile (2011, p.19) afirma que os portugueses, ao invadirem as terras brasileiras, utilizaram-se de duas táticas de dominação: a cooptação e a repressão. E fizeram isso “[...] financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da monarquia portuguesa”. Foi nesse sentido que o processo de colonização impactou profundamente as relações sociais, submetendo os povos e o território a alterar radicalmente as formas e maneiras de sobreviver e de se relacionarem com a natureza. Assim, a relação estabelecida entre a terra e os povos que já habitavam no país foi pautada na cooptação, dominação e exploração em prol da expansão e do desenvolvimento de relações mercantis mundialmente.

O processo de colonização fundamentado na escravização, inicialmente, dos povos originários e, posteriormente, dos povos vindos do continente africano, produziu uma sociedade estruturada no racismo e na concentração de terra, tendo “a escravidão como uma instituição econômica de primeira importância” (Williams, 197, p.9) a qual passou a integrar as demais nações colonizadas de maneira subordinada e hierarquizada. Nesse sentido, o funcionamento das engrenagens desse processo de colonização foi garantido perante as leis do capitalismo mercantil, que já dominava a Europa, e que foi se expandido no mundo.

Logo, tudo passa a caminhar para a disseminação da mercadoria como principal mediadora das relações sociais. Todas as atividades produtivas e extrativistas passar a visar lucro. “E tudo era enviado à metrópole europeia, como forma de realização e de acumulação de capital” (Stedile, 2011, p. 20). Um importante momento do processo de exploração das riquezas do território brasileiro, segundo o autor, foi quando os portugueses perceberam uma grande vantagem na fertilidade das terras e o potencial que essas tinham para cultivar outros produtos de clima tropical. Com isso, evidencia:

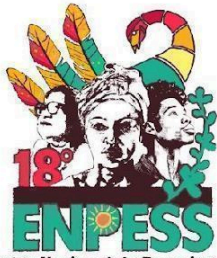
Os colonizadores, então, organizaram o nosso território para produzir produtos agrícolas tropicais, de que sua sociedade europeia precisava. Trouxeram e nos impuseram a exploração comercial da cana-de-açúcar, do algodão, do gado bovino, do café, da pimenta-do-reino. E aproveitaram algumas plantas nativas, como o tabaco e o cacau, e as transformaram, com produção em escala, em mercadorias destinadas ao mercado europeu (Stedile, 2011, p. 20).

Essa forma de organizar a produção de mercadoria para gerar riqueza no período colonial no Brasil, entrelaçando relações internas e externas, relações mercantis com as que não são tipicamente mercantis, foi e continua até a atualidade sendo matéria de muitos estudos e interpretações por estudiosos/as de diversas áreas do conhecimento, com diversas polêmicas ainda em aberto, inclusive acerca da relação entre modo de produção e formação social.

Para Gorender (2016), por exemplo, as determinações do chamado “escravismo colonial” deram a colonização do Brasil um caráter específico. Portanto, isso demonstra que a colonização nesses moldes, desencadeou uma realidade brasileira bastante singular em relação a outros países colonizados. Nesse sentido, “[...] um novo modo de produção não resulta somente do desenvolvimento das forças produtivas. Sem que desapareçam as velhas relações de produção e se instaure o domínio de novas relações de produção, não há substituição do antigo por um novo modo de produção” (Gorender, 1980, p. 52).

Já Clóvis Moura (1983) enfatiza em suas análises que, para melhor conhecer a formação social do Brasil, é importante entender algumas fases que marcaram essencialmente a emergência dessa formação social, ou seja, o escravismo colonial que, para o autor, pode ser compreendido em dois principais momentos: o escravismo pleno e o escravismo tardio, dando ênfase à transição que marca a passagem do escravismo tardio para o capitalismo dependente. Nessa transição, foi de fundamental importância a manutenção do latifúndio, bem como do trabalho escravizado coexistindo com as primeiras formas do trabalho livre.

Nesse esforço de apreender as determinações sócio-históricas que incidiram na relação entre questão agrária e étnico-racial, para desvelar as formas de organização da produção



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

agrícola; o modelo usado para essa produção e as relações de dominação estabelecidas sobre a terra e a força de trabalho utilizada, buscamos identificar alguns dos elementos que forjaram e consolidaram o modo de produção capitalista, considerando, de acordo com Moura (1983), as lutas sociais e populares, bem como um conjunto de iniciativas das classes dominantes.

É imprescindível destacar que todas as leis até a Constituição de 1988, foram no sentido de aprofundar e manter a concentração de terras, como também, as formas de relações com a mesma. Segundo Girardi (2022), ao discutir sobre a questão agrária como um problema estrutural na formação social do Brasil, a qual, é indissociável da questão étnico-racial, destaca alguns momentos da história brasileira que foram centrais para manter as bases da questão agrária no país. Para o autor,

O primeiro impedimento de resolução da questão agrária ocorreu com em 1850, quando foi promulgada a Lei de Terras. Posteriormente, a Lei Áurea não apresentou mecanismos algum que permitisse aos negros libertos o acesso à terra, o que possibilitaria um ponto de partida mais justo para eles após a libertação (Girardi, 2022, p. 53-54).

Logo, essas foram algumas das estratégias das classes dominantes do país, para que não houvesse uma democratização da terra, e o não acesso à elas pelos negros/as libertos, pelas tais leis que se disseram ser a favor dos/as ex-escravizados/as no Brasil. Mantendo-se dessa maneira, o monopólio da terra e perpetuação de uma estrutura agrária altamente concentrada atrelada à um processo de abolição incompleta

Então, de acordo com os períodos históricos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é importante dizer, conforme Gorender (2016, p.84), que as primeiras relações estabelecidas entre os colonizadores, os escravizados e o modelo de exploração para geração de riquezas, se deu através da escravidão moderna que pariu o “escravismo colonial”. Este, segundo o autor, surgiu e se desenvolveu dentro de um “determinismo socioeconômico” rigorosamente definido, no tempo e no espaço. É a partir dessa forma social particular que as relações de produção, na perspectiva da exploração escravista, foi impactando a reprodução da vida na sociedade brasileira de maneira estruturante.

No que se refere à organização da produção no “escravismo colonial”, a base fundante estava na plantagem (Gorender, 2016). Conforme o autor, as principais características dessa lógica de produção eram a especialização na produção de gêneros comerciais destinados ao mercado mundial; trabalho por equipes sob comando unificado; conjugação estreita e indispensável, no mesmo estabelecimento, do cultivo agrícola e de um beneficiamento complexo do produto e a divisão do trabalho quantitativa e qualitativa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Além das principais características apontadas acima, o modelo da plantagem organizava a [...] “produção agrícola em grandes fazendas de áreas continua, com a prática monocultura, ou seja, com a plantação de um único produto, destinado à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado etc., com o emprego de mão de obra escrava” (Stedile, 2011, p.21). Essa perspectiva de produção monopolizou as terras no Brasil pelos europeus, contudo, essas terras ainda não tinham um caráter de propriedade privada. A centralização das terras brasileiras pela Coroa portuguesa se deu através do que ficou conhecido por concessão de uso da terra, com direito a herança. Isto é, passou a entregar terras para outros europeus, que tivessem capital para investir, pudessem usar as terras para ampliar a produção agrícola em enormes extensões no território.

A concessão de terras era baseada no direito hereditário, em que os herdeiros dos que recebiam as terras, poderiam continuar com a posse dessas terras, no entanto, não tinham o direito de vender, nem comprar terras vizinhas. Isso permitiu o domínio territorial pelos portugueses, reforçando as separações realizadas pelo Tratado de Tordesilhas e capitânicas hereditárias que, segundo Júnior (2011), garantiu à Coroa portuguesa a posse efetiva do longo litoral do país, expandindo-se mais tarde pelo interior.

Assim, com a divisão do território brasileiro, aliada às concessões de grandes extensões de terras para a produção agrícola, houve a necessidade da exploração da mão de obra africana escravizada, atrelada a outro elemento que fortalecia o sistema econômico nesse período, que era o tráfico humano, principalmente do povo africano, no intuito de possibilitar, conforme Moura (1988), o desenvolvimento da sociedade colonial. Em vista disso, o autor afirma que:

Somente, de fato, com o desenvolvimento dos primeiros núcleos de plantação de cana-de-açúcar o colono verificará a necessidade de aplicar a escravidão não apenas como solução doméstica (nos moldes em que vinha sendo feita em Portugal), mas como solução para todo regime de trabalho que brotava e posteriormente se estratificaria na Colônia (Moura, 1988, p.44).

Nesse sentido, ainda de acordo com Moura (1983), a sociedade brasileira estruturada pelo sistema escravista criou uma relação central entre dois sujeitos, principais representantes das classes sociais que estruturam o período colonial. De um lado, os cativos, isto é, os/as negros/as escravizados/as que passaram a ser vistos/as como “coisa”, tiveram sua humanidade expropriada pelo senhor de escravos. E, de outro lado, o branco senhor de escravos que sem devir, não desejava mudança na sociedade. Essa polarização estruturou a sociedade brasileira durante o período do “escravismo colonial”. Posteriormente, com transição para o capitalismo dependente, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

formação das classes sociais no Brasil passou a se pautar, de um lado, na formação de uma burguesia amalgamada com a oligarquia; de outro, na formação de uma classe trabalhadora constituída na relação entre trabalhadores “livres” e ainda escravizados.

Portanto, foi com base na escravidão que o desenvolvimento da colônia passou a determinar, posteriormente, os rumos do desenvolvimento capitalista no Brasil, pois, de acordo com Moura (1988), houve o estabelecimento da escravidão como algo sistemático e isso implicou diretamente na maneira como o trabalho foi sendo definido, e como sua dinâmica provocou mudanças na organicidade da vida social na colônia. O autor afirma que:

Demograficamente aumentou em ritmo acelerado e ininterrupto a população da Colônia; do ponto de vista sociológico cindiu a sociedade colonial em duas classes fundamentais e antagônicas: uma constituída pelos senhores de escravos, ligados e concomitantemente em face do monopólio comercial à Metrópole, outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil Colônia e era quem produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros (Moura, 1988, p. 46).

O racismo estrutural como forma de imposição, de subjugação e subordinação para a exploração do trabalho humano passou a ser central e estruturante das relações sociais capitalistas no Brasil, que incorporou da herança colonial aspectos necessários para a manutenção de condições de vida e trabalho da classe trabalhadora abaixo do valor necessário para sua reprodução social. Daí a necessidade da relação entre trabalhadores livres e escravizados até o processo de consolidação do capitalismo dependente no século XIX. É dessa maneira que se articulam em torno desse processo de exploração, a apropriação da terra e uso do trabalho escravo para desenvolver as bases fundantes do capitalismo no país.

O objetivo estava em desenvolver as forças produtivas para prover as necessidades do mercado europeu. No entanto, essa relação não só produzia mercadorias para abastecer o mercado externo, mas todo um conjunto de relações que desencadearam em condições específicas na formação social brasileira. O colonialismo se manifestou profundamente na maneira como socialmente foram construídas as relações sociais, econômicas, culturais, políticas e até mesmo subjetivamente, no sentido de forjar sujeitos que atendessem às necessidades desse modo de produção, tendo até os dias atuais resquícios significativos desse processo.

3. As classes sociais na formação social brasileira no contexto de racismo estrutural



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A transição do “escravismo tardio” para o capitalismo dependente implicou diretamente na formação das classes sociais na sociedade brasileira, tendo na questão étnico-racial uma forte relação nesse processo. Mesmo com as Leis formuladas, a exemplo da Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu e criminalizou o tráfico de escravos/as; a Lei Áurea, que aboliu a escravidão, o racismo estrutural permitiu que a estrutura de dominação da terra e da exploração dos/as negros/as ainda continuasse.

Esse processo, para muitos autores/as, expressa a própria condição de dependência do Brasil, forjando-se na relação de integração ao mercado mundial, porém, subordinada e hierarquizada. A troca desigual e a transferência de valor para a metrópole foram de fundamental importância para o próprio desenvolvimento e consolidação do capitalismo, demandando a superexploração da força de trabalho na nossa formação social (Marini, 2011). Esse processo nos diz muito sobre a centralidade da questão agrária, na relação com a questão étnico-racial, pois foi nessa relação que o racismo estrutural aprofundou a segregação dos/as negros/as na sociedade brasileira, sendo a Lei de Terras, de 1850, uma importante expressão desse processo, bem como, posteriormente, a política de atração de imigrantes europeus. Os/as negros/as foram excluídos de qualquer possibilidade de ser integrados/as a sociedade brasileira, como sujeitos/as que participaram da constituição dessa nação.

Portanto, muitos são os desafios para romper com mais de quatrocentos anos de escravidão, e tantos outros de exploração, submissão e dominação capitalista. Nesse sentido, o projeto colonial reafirma o lugar que os/as negros/as brasileiros/as vão ocupar na sociedade de capitalismo dependente. A Lei de Terra de 1850 impediu o acesso à terra aos ex-escravizados/as, como também, foi necessária para criação do mercado de terras no Brasil. Além disso, a Lei de Terras proporcionou,

[...] fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra (Stedile, 2011, p. 22,23).

Essa condição que foi colocada aos ex-escravizados/as determinou o lugar da população negra ex-escravizada na sociedade brasileira nas condições de capitalismo dependente. Isso, de acordo com Stedile (2011), impediu que os/as libertos/as pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras. Desse modo, perpetuando a exploração, subordinação e dominação, pelos então ex-senhores de escravos, donos de engenhos e grandes

latifundiários, que passaram junto aos grandes comerciantes e nascente burguesia, a comporem a classe dominante do capitalismo dependente no Brasil.

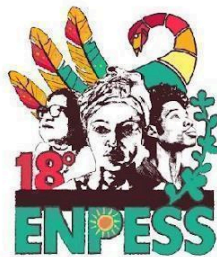
Portanto, é nesse contexto histórico que emergiu todo um processo de formação e consolidação do que se configurou, segundo Foot Hardman e Leonardi (1982), a burguesia e o proletariado brasileiro, com influências do capitalismo europeu, especialmente inglês, que implicaram diretamente na formação dos Estados. No Brasil, a formação do Estado brasileiro se deu:

No plano político, a independência consagrou essencialmente a transferência do poder político até então exercido pelos funcionários da Coroa para as oligarquias rurais e comerciantes locais. No plano das relações de produção, a independência consolidou o latifúndio e subordinou o mercado interno dos novos Estados às necessidades do capitalismo britânico (Foot Hardman; Leonardi, 1982, p. 75,76).

Esse contexto evidencia o quanto as mudanças foram no sentido de manter e fortalecer a lógica do imperialismo dos países centrais sobre os colonizados, afetando diretamente os segmentos da classe trabalhadora e subordinando a classe dominante aos limites do grande capital internacional.

É nesse sentido que Gonzalez (2020), afirma que, em termos de Brasil, esse processo foi grandemente afetado na medida em que não ocorreram transformações estruturais no setor agrário, o que também vai rebater na formação do mercado de trabalho no Brasil, criando uma “massa marginal” constituída pela população negra ex-escravizada, que se tornou funcional as engrenagens do sistema capitalista.

Portanto, esse lugar que foi construído socialmente, fundamentado pelo sistema capitalista, articulado pela ideologia racista, através do argumento sustentado pelo mito da democracia racial, não foi algo aceito passivamente pela população negra, nem em tempos de escravidão, nem no pós-abolição, sempre existiram mobilizações e lutas contra as formas de exploração dos escravizados e ex-escravizados, pois, concretamente, a abolição da escravidão, apesar de expressar uma importante conquista dessas lutas, não alterou radicalmente a condição da maior parte dessa população, sendo necessária a construção das bases para uma segunda abolição ou completa descolonização (Fernandes, 2015).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

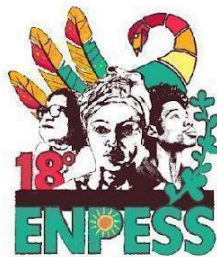
4. Considerações finais

Diante do esforço de dialogar sobre algumas considerações, a respeito da relação entre questão agrária e étnico-racial na formação das classes sociais no Brasil, o estudo dessa temática se coloca num contexto de suma importância diante da necessidade histórica que há para desmistificar as várias concepções e interpretações que, por vezes, desconsideraram a imbricação entre ambas as questões, para analisar e compreender a formação social do Brasil. Os apontamentos que foram sendo desdobrados neste artigo apresentam, de maneira ainda muito breve, uma análise, realizada a partir de algumas pesquisas e revisões bibliográficas, relevante no contexto da produção de conhecimento no campo da luta antirracista do Brasil. Isto tem aberto e impulsionado novos espaços, ampliado a divulgação do conhecimento já produzido por gerações de pensadores/as sobre velhas questões que se apresentam vivas e pulsantes no nosso tempo histórico.

Nesse sentido, a proposta do artigo foi contribuir com o debate a respeito da relação, estrutural e estruturante da formação social brasileira, entre questão agrária e questão étnico-racial, considerando que estas, compõem aspectos indissociáveis na conformação das relações sociais e de classes no Brasil.

Além disso, destacou-se o sentido do projeto da colonização que operou uma engrenagem constituída a partir de um modo de produção, denominado por estudiosos como Moura (1988) e Gorender (2016) de “escravista colonial”, que conduziu um processo de apropriação e exploração da terra, da força de trabalho de homens e mulheres escravizados/as.

Assim, o desenvolvimento das relações sociais e de classes que foram sendo forjadas ao logo da história da sociedade brasileira, foram e ainda continuam sendo produzidas e reproduzidas, tendo como base o pilar do racismo estrutural, a manutenção do latifúndio e monopólio da terra, que se expressa concretamente nas desigualdades sociais do país, ontem e hoje.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1982. 416 p.

FERNANDES, Florestan. Reflexões sobre as "Revoluções Interrompidas". In: Poder e Contrapoder na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 148.p.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra. In: Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). Por um feminismo afro-latino-americano. São Paulo, Zahar 2020 [1979].

GORENDER, Jacob. **O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica**. In: LAPA, José Roberto do Amaral. (Org.). Modos de Produção e Realidade Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980. 212.p.

GORENDER, Jacob. **Escravidão colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. 632.p.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 304.p.

MOURA, C. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. Afro-Ásia, Salvador, n. 14, 1983. DOI: 10.9771/aa.v0i14.20824. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 464 p.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional (1500-1960). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304 p.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Tradução e Notas: Carlos Nayfeld, Nota Técnica: Ilmar Rohloff de Mattos. 1. ed. Rio de Janeiro: Americana, 1975. 153 p.